



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2017.0000507304

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 1000625-70.2016.8.26.0094, da Comarca de Brodowski, em que é apelante NARA CAIRO DE SOUZA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado ROBERTO ALVES PEREIRA JUNIOR (JUSTIÇA GRATUITA),

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente), MORAIS PUCCI E FLAVIO ABRAMOVICI.

São Paulo, 10 de julho de 2017.

Gilberto Leme
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação n.º 1000625-70.2016.8.26.0094

Comarca: Brodowski
Apelante: Nara Cairo de Souza
Apelado: Roberto Alves Pereira Júnior

Juíza sentenciante: Carolina Nunes Vieira

ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. ART. 206, § 3.º, INC. V, DO CPC. PRAZO TRIENAL. TERMO A QUO. DATA DO EVENTO DANOSO. AUXILIO-ACIDENTE CONCEDIDO PELO INSS. INOCORRÊNCIA DE SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. Demanda que trata de reparação de danos morais e materiais em decorrência de acidente de trânsito. Fatos descritos que ocorreram em 20/11/2005, quando já escoado o prazo prescricional de 03 anos a que alude o artigo supracitado. Sentença mantida. Recurso desprovido.

VOTO N.º 19.334

Trata-se de recurso de apelação interposto à r. sentença de fls. 82/85 que, em ação de indenização por danos morais e estéticos, decorrente de acidente de trânsito, declarou prescrita a pretensão da autora, com fundamento no art. 487, inc. II, do CPC e prejudicada a denunciação da lide. Pela sucumbência, a autora foi condenada ao pagamento das custas, das despesas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a concessão da assistência judiciária.

Recorre a autora, sustentando que o prazo prescricional nesta hipótese foi interrompido em razão do seu afastamento concedido pelo órgão previdenciário a título de auxílio-doença. Informa que o período em que permaneceu em tratamento médico ficou impossibilitada de perseguir seus direitos. Acrescenta que somente tomou ciência do grau e da extensão das lesões que sofreu com o acidente de trânsito que a vitimou com a alta médica do INSS.

Recurso interposto em 28.9.2016, tempestivo pela publicação da r. sentença em 15.9.2016, dispensado de preparo e respondido.

É o relatório.

Cuida-se de ação de indenização por danos morais e estéticos decorrentes de acidente de trânsito. Argumenta a autora que, em 10.8.2012, trafegava pela via pública preferencial com sua motocicleta quando foi atingida pelo automóvel conduzido pelo réu que não respeitou a sinalização de parada obrigatória.

Delineada a breve situação fática narrada, passo à análise das razões de apelação interposta.

À hipótese de pretensão de reparação civil aplica-se o art. 206, §3.º, inc. V, do CC, que prevê



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

o prazo de três anos para a propositura da ação competente, cujo termo *a quo* é a data do evento danoso.

Depreende-se dos documentos acostados aos autos que os fatos descritos na inicial ocorreram em 10.8.2012, segundo informa o boletim de ocorrência de fls. 18/20.

A partir daí, portanto, começou a fluir o prazo prescricional trienal da pretensão de reparação civil concernente aos danos morais e estéticos.

Sendo assim, de rigor mesmo o reconhecimento da ocorrência da prescrição da pretensão da autora, como bem fundamentou a r. sentença, já que o decurso do respectivo prazo trienal se deu em 10.8.2015 e a presente ação indenizatória somente foi ajuizada em 4.5.2016.

Nem se argumente que houve suspensão ou interrupção do prazo prescricional da ação em virtude da concessão de auxílio-acidente pelo INSS, porque não é prova suficiente a demonstrar a alega impossibilidade física de exercício do direito invocado na petição inicial, tampouco constitui causa legal de interrupção.

Neste sentido:

"APELAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRETENSÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAL E ESTÉTICO. CÔMPUTO A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL (CC). RECURSO IMPROVIDO. Na hipótese dos autos, a prescrição está consumada. É que o contexto fático



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

delineado revelou que o evento danoso ocorreu em 02/10/2006 e a presente ação foi ajuizada em 07/10/2009. Tratando-se de pretensão de reparação civil decorrente de acidente de trânsito, o cômputo da prescrição tem início a partir da data do acidente, e não após a constatação da incapacidade para o trabalho definida pelo laudo pericial." (Apelação 0021547-71.2009.8.26.0361, Rel. Des. Adilson de Araujo, 9.^a Câmara Extraordinária de Direito Privado, j. 10.6.2014)

Por todas essas razões, de rigor a manutenção da r. sentença. Em virtude da ordem contida no art. 85, §11, do CPC, majoro os honorários advocatícios para 15% sobre o valor da causa atualizado da propositura da demanda e acrescido de juros de mora de 1% ao mês do cumprimento de sentença, observada a concessão da assistência judiciária.

Pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

GILBERTO LEME
Relator